

# Sujeitos políticos e práticas feministas: uma análise etnográfica sobre a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro 2013

JANAINA DE ARAUJO MORAIS  
MARCELLA BERALDO DE OLIVEIRA

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo realizar uma análise etnográfica sobre a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro (MdV-RJ) do ano de 2013. Procurando compreender as vicissitudes que envolvem a manifestação foi realizada uma pesquisa qualitativa, por meio de observação participante. Neste artigo iremos discutir os objetivos principais a que a organização da MdV-RJ se propõe e a observação dos discursos e práticas dessa organização antes, durante e após a realização da manifestação. Além disso, buscamos compreender as dinâmicas organizativas, o “sujeito político” defendido e como ele é construído.

**Palavra-chave:** Marcha das Vadias; Violência de gênero; Corpo como instrumento político

## ABSTRACT

This paper aims to conduct an ethnographic analysis of the Slut Walk Rio de Janeiro (SW-RJ) 2013. Trying to understand the vicissitudes involving the riot had been conducted a qualitative research through participant observation. In this paper we will discuss: the main objectives that the organization of SW-RJ is proposed and the observation of discourses and practices of the organization before, during and after the event. We also seek to understand the organizational dynamics, the “political subject” defended and how it is built.

**Keywords:** Slut Walk; Gender violence; Body as a political tool

## INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo realizar uma análise etnográfica sobre a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro (MdV-RJ) do ano de 2013. A Marcha das Vadias/ *Slut Walk*, surgiu em abril de 2011, em Toronto, no Canadá, com o intuito de denunciar casos em que a vítima de violência sexual é vista como culpada, além de fazer uma reflexão sobre o uso do termo *slut/vadia*, que historicamente é utilizado para oprimir a sexualidade das mulheres. A Marcha ganhou visibilidade e isso fez com que vários países se interessassem pela manifestação, procurando reproduzir o movimento e também readaptá-lo às suas realidades.

A primeira Marcha das Vadias que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro foi em 2 de julho de 2011. A ideia surgiu em um momento em que pessoas vinculadas a movimentos sociais e partidos políticos, além de indivíduos independentes, estavam discutindo a proibição da Marcha da Maconha e realizando a Marcha da Liberdade. Dentro deste contexto, algumas pessoas se reuniram e organizaram a primeira MdV-RJ, que reuniu em torno de 2 mil pessoas<sup>1</sup>, na praia de Copacabana e, desde então, ela acontece anualmente. A manifestação é conhecida, entre os ativistas, pelo seu caráter irreverente e lúdico, atraindo diversas pessoas que utilizam aquele momento para expressarem suas ideias e sentimentos, através de seus corpos, danças, gritos e *performances*. Contudo, não é uma prática que agrada a todos — muitas pessoas questionam o uso que os manifestantes fazem do corpo durante o ato.

A MdV-RJ, a princípio, possui propósitos semelhantes aos da *SlutWalk* Toronto, como a tentativa de reapropriar e ressignificar o uso do termo *vadia*, além de ser uma manifestação que se posiciona contra a violência sexual. Entretanto, existem demandas específicas do contexto brasileiro e carioca, especificamente, que acabam moldando a constituição da Marcha.

Assim, procurando compreender as vicissitudes que envolvem a manifestação da Marcha das Vadias do ano de 2013 no Rio de Janeiro, foi realizada — como projeto de mestrado — uma pesquisa qualitativa, por meio de observação participante, entre fevereiro de 2013 e dezembro de 2014. O objetivo principal desta pesquisa é entender como os/as manifestantes utilizam o próprio corpo para se posicionar politicamente durante o ato e compreender o significado que essas expressões adquirem tanto para os/as ativistas, quanto para um público mais geral, que não possui envolvimento direto com a manifestação.

A Marcha de 27 de julho de 2013, foco desta pesquisa, ocorreu em Copacabana. Muito diferentemente de qualquer outra Marcha, aconteceu no mesmo dia que o Papa Francisco celebraria uma missa na praia de Copacabana<sup>2</sup>. A cidade do Rio de Janeiro estava recebendo fiéis católicos do mundo todo, e durante toda a semana estava acontecendo a Jornada Mundial da Juventude (JMJ) católica. Enfim, delineou-se uma manifestação bem específica e atípica, o que torna a reflexão sobre as formas de expressão e a utilização dos corpos como instrumento político ainda mais instigante.

Nesse artigo iremos discutir: os objetivos principais a que a organização da Marcha do Rio de Janeiro se propõe e a observação dos discursos e práticas dessa organização antes, durante e após a realização da manifestação. Além disso, buscamos compreender as dinâmicas organizativas, o “sujeito político” defendido e como ele é construído.

<sup>1</sup> O número de pessoas participantes pode variar de acordo com a instituição, órgão ou organização que o veicula. O número utilizado nesta pesquisa é o divulgado pela organização da MdV-RJ.

<sup>2</sup> Apesar da data da manifestação estar programada para acontecer durante a JMJ, não se esperava um encontro físico com os peregrinos, já que a programação da JMJ para o sábado do dia 27 aconteceria no *Campus Fidei*, em Guaratiba, na Zona Oeste do Rio. Contudo, devido às condições climáticas, o local ficou alagado, inviabilizando a vigília dos fiéis, de forma que toda a agenda do evento para sábado e domingo foi transferida para Copacabana, na Zona Sul, onde havia um palco montado.

## A MARCHA DAS VADIAS E O COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A Marcha das Vadias, como já dito acima, surgiu no Canadá como um movimento de indignação ligado a um fato caracterizado como violência contra a mulher. No Brasil, a Marcha das Vadias também esteve vinculada à questão de defesa dos direitos das mulheres e contra a violência, mas também traz outras questões que dizem respeito à liberdade sexual e à inclusão de homossexuais e transexuais na luta feminista, características que dão à Marcha aspectos diferentes até então pouco tratados no Movimento Feminista brasileiro.

Assim, a Marcha das Vadias no Brasil traz duas novas características para uma vertente do Movimento Feminista: primeiro o termo *mulher* fica diluído quando inclui na manifestação demandas também referentes a transexuais e travestis. Segundo, dá destaque à questão da liberdade sexual e do direito ao uso do corpo. Em outras palavras, a Marcha abarca também demandas contra a homofobia e sobretudo ligadas à liberdade sexual e ao uso do corpo como um instrumento político e de prazer (“meu corpo, minhas regras” era o que dizia um dos cartazes). Essas demandas estão bastante claras nos exemplos dados acima sobre os gritos de protesto durante a Marcha e os dizeres dos cartazes.

Nesse novo contexto de lutas de direitos da mulher e do Movimento Feminista, cabe fazer uma breve contextualização sobre o processo histórico de construção social da violência contra a mulher como crime no Brasil: a ideia de que “bater em mulher é crime e deve ser punido pelo Estado” fortificou-se nos últimos 20 anos devido à criação das delegacias especiais de defesa da mulher. A primeira delegacia foi criada em 1986 no estado de São Paulo; atualmente o Brasil conta com mais de 300 delegacias da mulher espalhadas por todos os estados brasileiros, sendo que o maior número ainda está no estado de São Paulo. As delegacias da mulher foram uma resposta do Estado aos movimentos feministas e são até hoje a principal política pública de combate à violência contra a mulher no Brasil; elas são uma das faces mais visíveis da politização da justiça na garantia dos direitos da mulher e uma forma de pressionar o sistema de justiça na criminalização de assuntos que eram tidos como questões privadas.

No final dos anos 1970 e no início da década de 1980, período em que o embrião da Delegacia da Mulher germinava, ocorreram alguns homicídios emblemáticos contra mulheres praticados por seus companheiros que tomaram grande espaço na mídia, isto porque envolviam pessoas conhecidas socialmente, despertando grande interesse na opinião pública, que acompanhava o seu desenrolar na Justiça.<sup>3</sup> Foi graças à publicização dos homicídios femininos e à contínua absolvição de réus confessos responsáveis pela morte de suas companheiras que o movimento feminista conseguiu pressionar o Estado na implementação das delegacias da mulher (DEBERT & GREGORI, 2002; CORRÊA, 1981; MACHADO, 2003; GOLDBERG, 1991; SORJ E MONTEIRO, 1985; CAVALCANTI, HEILBORN, ANDRÉA E RODRIGUES, 1985).

Uma das singularidades do movimento feminista brasileiro é a sua forte vinculação

<sup>3</sup> Por exemplo, os assassinatos de Ângela por seu companheiro Doca Street, ambos da elite social, e logo depois em 1980 os homicídios das mineiras Maria Regina Rocha e Heloisa Ballesteros.

com a defesa dos direitos das mulheres, articulando-os com a questão dos direitos sociais, mais do que com a noção de liberdade ou libertação das mulheres, como ocorria na Europa e Estados Unidos. Assim, a luta pela liberdade sexual no Brasil foi consentânea à denúncia da violação sexual e da relação sexual obtida à força pelo companheiro. Tratava-se de politizar o privado. Para o movimento feminista brasileiro, as palavras de ordem iniciais referentes à violência se deram em 1979 em torno da denúncia dos homicídios de mulheres cometidos por seus maridos. Menos do que pela liberdade sexual, lutava-se pelo direito à sobrevivência e denunciava-se a impregnação dos valores culturais misóginos e discriminatórios nas leis do Código Penal e Civil, bem como nas interpretações da jurisprudência (MACHADO, 2003).

O que parece hoje ocorrer com a Marcha das Vadias é uma guinada no foco que o movimento feminista vinha tendo até esse momento, ou, ao menos, a abertura de uma nova frente de luta, visto que a Marcha traz também questões ligadas à luta pela liberdade sexual e pelo direito ao uso do próprio corpo - aspectos que até então pareciam não receber tanta importância do movimento feminista brasileiro.

A politização da “violência contra a mulher” também teve impacto no espaço das ciências humanas. Heilborn e Sorj (1999) argumentam que existem peculiaridades na institucionalização dos estudos feministas no Brasil em comparação ao caso norte-americano:

Nos Estados Unidos, a origem dos estudos feministas, juntamente com a dos estudos raciais, encontra-se nos movimentos de protestos ocorridos nas universidades americanas ao longo da década de sessenta. Este movimento inspira o questionamento da visão e prática despolitizada do *establishment* profissional e acadêmico das ciências sociais. No Brasil, as relações entre o movimento feminista e a academia ocorreram em cenário distinto. Em primeiro lugar, o movimento feminista brasileiro nunca teve a inspiração radical presente na contraparte norte-americana ou europeia. Os problemas sociais em sociedade altamente desigual impuseram ao feminismo brasileiro uma orientação muito mais moderada no que diz respeito ao confronto entre os sexos e mais articulada ao discurso dominante nas esquerdas. Em segundo lugar, o feminismo contou desde a sua origem com o expressivo grupo de acadêmicas (...) assim, quando o movimento de mulheres no Brasil adquire visibilidade, a partir de 1975, muitas das suas ativistas ou simpatizantes já estavam inseridas e trabalhavam nas universidades”. (*Id., ibid.*: 185-186).

Dessa forma, a principal diferença entre a institucionalização dos estudos feministas nos Estados Unidos e no Brasil é que as acadêmicas aqui não constituíram espaços alternativos, mas procuraram integrar-se à dinâmica da comunidade científica nacional, por meio da obtenção do reconhecimento do valor científico de suas preocupações.

Essas autoras destacam ainda que “Estudos sobre a Mulher”, “Estudos de Gênero” ou de “Relações de Gênero” foram as fórmulas encontradas para institucionalizar a reflexão impulsionada pelo diálogo entre o feminismo na academia brasileira. Na década de 1970, “estudos sobre a mulher” foi a denominação mais comum utilizada com o intuito de ressaltar/denunciar a posição de exploração/opressão/subordinação a que estavam submetidas na

sociedade brasileira. A partir da década de 1980 nota-se uma gradativa substituição do termo mulher, uma categoria empírica/descritiva, pelo termo gênero, uma categoria analítica, identificando uma determinada área de estudos no país (HEILBORN & SORJ, 1999).

Apesar de considerar fundamental a discussão sobre a incorporação do conceito de gênero na área de estudos sobre a mulher, não vamos nos estender sobre o assunto. Porém, cabe salientar que a Marcha das Vadias tem uma abertura maior para o uso do termo “gênero” em substituição ao termo “mulher” em comparação ao Movimento Feminista mais tradicional.

No processo de construção do argumento feminista sobre a violência conjugal, Gregori (1993) alerta que, muitas vezes, a mulher aparece como ser passivo, ou melhor, vitimado. “Uma vez que ela não é sujeito constituinte de sua situação ou destino, ela passa a ser considerada como vítima, inclusive quando age contra os outros”. (*Id., ibid.*: 124) Acrescenta-se a isso o argumento da autora de que é equivocado o procedimento de “essencializar” e generalizar a experiência de vida das mulheres a partir do fato de que são oprimidas.

As mulheres vivem em relação e a identidade é criada em meio a um processo de espelhamentos e contrastes, e que não se esgota. Não existe uma categoria genérica que imponha o traçado ou o perfil dessa identidade. A identidade se perfaz na trajetória, nas relações”. (*Id., ibid.*: 200).

Adotar o modelo de vítima no sentido destacado pela autora, isto é, como um sujeito passivo e generalizar a vivência de opressão como intrínseca à categoria “mulher” podem acabar por atravancar e até impedir a constituição das mulheres como sujeitos de direitos da cidadania, indivíduos ativos, capazes, portadores de direitos e deveres. Nesse sentido, é fundamental a noção da não-vitimização da mulher denunciante para a construção de uma conscientização cidadã da clientela da DDM e para a definição da categoria “violência conjugal” como algo que favoreça a igualdade de direitos e não reifique a idéia de passividade feminina.

MacDowell Santos (2000) questiona se as delegacias estão contribuindo para o avanço da “cidadania de gênero”, isto é, uma forma de cidadania que valoriza as diferenças sociais entre homens e mulheres, garantindo para ambos igualdade perante a lei e total acesso aos direitos políticos, econômicos, sociais e civis. De acordo com a autora, o Estado, por meio das delegacias, criou uma categoria social em que diferentes grupos de mulheres podem (ou não) clamar por direitos. No caso das delegacias, gênero é construído como a única categoria social legítima na qual as mulheres podem iniciar uma denúncia de violência contra elas. Consequentemente, outras categorias (tais como raça, classe e orientação sexual) não podem ser usadas como base para suas denúncias de violência. Mas, mesmo de uma perspectiva de gênero, as policiais tendem a reduzir as noções feministas de “violência de gênero” a um domínio conjugal e tendem a ser fortemente preocupadas com a preservação da família. Nesse sentido, as delegacias contribuem para a formação contraditória da cidadania de gênero” (*Id., ibid.*: 65 - 66).

A Marcha das Vadias não coloca demandas diretamente ao Estado como fazia o movimento feminista da época da criação das delegacias das mulheres. A Marcha, ao

contrário, traz uma crítica ao Estado e propõe uma mudança que busque atingir as relações sociais cotidianas em um nível de micropoderes (FOUCAULT, 1996) desnaturalizando concepções enraizadas sobre mulher, corpo, sexualidade, religião, violência etc..

Nesse contexto, podemos dizer que a Marcha das Vadias propõe um novo sujeito político para suas demandas, diferente do sujeito político “mulher” do movimento feminista. A Marcha constrói um sujeito diferente, não necessariamente mais abrangente, mas diferente, que inclui, por exemplo, homossexuais, transexuais e travestis. O termo “vadias” está se referindo tanto a mulheres quanto aos que buscam a liberdade sexual e ao direito ao uso do corpo como “bem entenderem”, bem como abominam qualquer forma de discriminação que tenha a categoria gênero como diferença hierarquizante entre as pessoas.

### **MDV-RJ: DINÂMICAS ORGANIZATIVAS, SUJEITOS POLÍTICOS E DEMANDAS**

A Marcha das Vadias do Rio de Janeiro não se constitui como um movimento social institucionalizado com líderes, caracterizando uma estrutura hierárquica. A organização se dá de forma horizontal e bastante informal, com atuações em comissões e a participação de acordo com a possibilidade e a dedicação de cada um. Então, por mais que pareça existir um caráter de grupo, essas relações se dão em um formato de redes mais fluidas.

Uma integrante da Marcha, Jane, historiadora de 31 anos, nos informou que a organização da MdV-RJ possui integrantes que atuam em vários outros movimentos sociais - ela mesma é da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB); mas quando essas pessoas se unem, elas o fazem na condição de indivíduos autônomos com interesses comuns. Assim, como esclarecido por Jane, mesmo com as/os integrantes da organização participando de outros movimentos sociais e mesmo de partidos políticos e sindicatos, a manifestação tem como característica ser apartidária, ou seja, durante o ato não se levanta bandeira de partidos e sindicatos e sim as bandeiras da Marcha, que já são muitas. Essa dinâmica pretende garantir a autonomia da manifestação, sem interferência de partidos, sindicatos e outros movimentos sociais.

Mesmo com certos atritos, a informação dada por Jane mostra que existe uma preocupação da organização em construir uma manifestação mais plural, ao agregar pessoas de diferentes movimentos sociais de gênero tais como o MML (Movimento Mulheres em Luta), o Grupo Trans Revolução (Grupo Comunitário de Solidariedade entre trans – homens e mulheres – transexuais e travestis) e o Camtra (Casa da Mulher Trabalhadora). Em uma entrevista realizada com uma integrante, Magda, pesquisadora e doutoranda em sociologia, com 33 anos de idade, perguntamos a ela por que a MdV-RJ assume esse caráter de Marcha, e a explicação dada por ela é interessante para compreender melhor essa dinâmica agregadora:

Considero que a Marcha é uma expressão do movimento feminista, assim como a parada do Orgulho LGBT é uma expressão do movimento LGBT.

É um modo de expressão, uma estratégia de comunicação e reivindicação política. Acho que o formato Marcha permite uma reunião mais diversa de pessoas, na medida em que se assenta em consensos mínimos. As pessoas que participam da Marcha e de sua organização têm posicionamentos políticos diversos e até divergentes e, se conseguem se reunir num cenário político marcado pela fragmentação, é porque não estão comprometidas com a construção de um coletivo ou unidade mais duradoura, que requer acordos políticos mais profundos e delimitados, mas com a defesa de alguns princípios gerais (combate à violência sexual, não culpabilização da vítima no caso de estupro) e modos de expressá-los (irreverência, humor, provocação). A sazonalidade da Marcha, seu caráter de evento ou espetáculo efêmero, é justamente o que permite acordos temporários em torno de algumas questões centrais caras a todos os participantes, que momentaneamente suspendem suas diferenças. Em cada cidade, a Marcha se organiza de modo diferente. (trecho da entrevista com Magda realizada no dia 03/10/2014).

Pelo caráter de evento mais efêmero que a manifestação assume, ela permite que diversos atores de diferentes setores da sociedade civil se unam pelos interesses que têm em comum e organizem esse evento com o intuito de comunicarem suas ideias. Então, no diálogo da MdV-RJ com a sociedade civil, através das *performances* irreverentes os manifestantes escancaram para a sociedade o que pensam e o que sentem. Já o diálogo com o Estado é inexistente exatamente porque esse contato através de cartas, reuniões, posicionamentos, pressões ou cooperações, “caracteriza uma ação institucional” (fala da integrante Jéssica, produtora cultural, 26 anos). Como a organização não possui um caráter institucional essa troca com o Estado não é um norte das ações empreendidas. A falta de necessidade de se relacionar diretamente com o Estado é uma característica marcante na Marcha das Vadias.

As pessoas que participaram da construção da Marcha de 2013 são bem diversas: mulheres, homens, *gays*, transexuais, travestis, negros e negras, trabalhadores e estudantes, mas com predominância de mulheres brancas e universitárias, que constituem o quadro permanente de pessoas que atuam na organização. O objetivo da organização de agregar pessoas diversas se concretiza mesmo nas ruas, durante a manifestação, quando mesmo aqueles que não participam diretamente da organização, ou foram em apenas algumas reuniões, aderem à causa. Isso se dá porque, como Jane nos explicou, é uma Marcha de gênero. “Não exclui ninguém, é aberto a qualquer pessoa que deseja participar, diferente de outras Marchas, como por exemplo, a de Brasília que é uma Marcha de mulheres”.

No entanto, essa questão da livre participação de pessoas na organização da MdV-RJ não é uma constante. Magda nos informou que na organização da MdV-RJ 2014 essa postura de abertura gerou conflitos.

Foi um ponto de disputa constante esse ano. Não teve consenso sobre a participação dos homens. Ano passado os homens podiam participar mesmo, qualquer pessoa podia. Esse ano tinham algumas pessoas, que já até

participavam da Marcha em anos anteriores e que mudaram de opinião, e também tinham pessoas novas, de outros coletivos, que já não aceitam homens na organização, que demonstraram resistência à participação deles. (trecho da entrevista com Magda realizada no dia 03/10/2014).

Para ilustrar, apresentamos três fotos<sup>4</sup>: Na primeira estão algumas pessoas que participaram da organização da Marcha de 2013, gravando um vídeo-convite para a manifestação; a segunda e a terceira são fotos de pessoas que participaram do ato no dia 27 de julho, em que é possível perceber que apesar de haver mais mulheres, há também homens e crianças participando. Nessa foto, as organizadoras são todas mulheres. Em todas as fotos é possível perceber que há a predominância de jovens e de classe média.



<sup>4</sup> Fontes: primeira foto retirada da página da Marcha das Vadias RJ no Facebook; segunda foto retirada do *site* do G1; e a terceira do *site* do UOL. Acesso em 20/11/14.



Durante as reuniões existem várias discussões sobre quais serão as reivindicações da Marcha. Pudemos perceber que, apesar de existirem temas bem gerais que se assemelham com os de outras Marchas das Vadias, há também temas bem específicos direcionados às necessidades locais. Além dos eixos de atuação pensados para o ano de 2013 (a favor do estado laico, contra a violência de gênero, a favor da legalização do aborto e a favor da regulamentação da prostituição), outros temas atuais também chamaram atenção para discussões e reivindicações, como o caso da cura *gay* e do estatuto do nascituro<sup>5</sup>. Para ajudar em uma maior compreensão sobre o que está sendo discutido, tanto para quem está dentro da organização, quanto para a comunidade interessada, a Marcha organizou vários debates, atividades de intervenção como oficinas e *performances*, o que contribuiu para ampliar o campo de atuação e atrair novos participantes.

Os cartazes que os participantes da Marcha seguravam durante a manifestação da MdV-RJ, em 27 de julho de 2013, traziam frases que demonstram a diversidade de demandas abarcadas na Marcha, como por exemplo:

- “bíblia + orgasmo”;
- “Tirem seus rosários dos meus ovários”;
- “Se a bíblia é misógina, satã é feminista”;
- “S/ Gênero, S/ Religião, S/ Estado, S/ Mercado, Com liberdade”;
- “Nem puta, nem santa, livre, linda e louca”;
- “Seu fundamentalismo bate na minha xota e volta!”

<sup>5</sup> Em 2011, o deputado federal João Campos (PSDB-GO) protocolou na Câmara dos Deputados um Projeto de Decreto Legislativo, popularmente conhecido como “Cura Gay”, que propunha suprimir a resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP), de 1999, que proibiu os profissionais de participarem de terapia para alterar a orientação sexual. Já o Estatuto do Nascituro é um Projeto de Lei de autoria dos ex-deputados Luiz Bassuma (PT-BA) e Miguel Martini (PHS-MG) que pretende a proibição do aborto em caso de estupro, o fim da fertilização *in vitro* e de pesquisas com células-tronco, além da proibição do aborto em caso de anencefalia.

Além dos cartazes, outro recurso utilizado pelos manifestantes para transmitirem suas mensagens eram os gritos de ordem, tais como:

“Chupo pau, chupo buceta, se eu for pro inferno chupo até o do capeta!!”;  
“Cadê o homem que engravidou? Por que o crime é da mulher que abortou?”;  
“Ei Cabral, toma da Polícia, porque eu te garanto que no cú é uma delícia!”;  
“As bi, as gay, as trava e as sapatão, tão tudo organizada pra fazer revolução.”;  
“A nossa luta, é por respeito, mulher não é só bunda e peito.”;  
“A nossa luta é todo dia, contra o machismo, o racismo e a homofobia.”;  
“Eu vou pro inferno, mas vou feliz, pq eu amei a pessoa que eu quis!”;  
“Sou travesti, sou ilegal, pois só o Papa tem um nome social”;

E outro grito, em ritmo do *funk* de Mc Marcinho, Glamurosa (Rainha do Funk) que dizia assim:

“O Estado é laico, não pode ser machista/O corpo é nosso, não da bancada moralista/As mulheres tão na rua, por libertação/Lugar de estuprador, não pode ser na certidão!”

Cabe ressaltar que o contexto da Marcha das Vadias de 2013 foi muito específico, pois ocorreu junto com a JMJ (Jornada Mundial da Juventude) que trazia o Papa ao Brasil. A organização dessa Marcha definiu a data para 27 de julho de 2013 e foi exatamente arquitetada com o objetivo de fazer um contraponto em relação à JMJ e à visita do Papa. Isso fica ainda mais claro na fala de uma das organizadoras durante a reunião:

Na sexta-feira, vai acontecer uma marcha da juventude católica em Copacabana, no sábado seremos nós que vamos marchar, para mostrar que não estamos satisfeitas com a intervenção religiosa no Estado”.

A MdV-RJ foi a única Marcha no Brasil que decidiu sair às ruas quando o Papa Francisco esteve aqui. Essa atitude, tomada com o consentimento da maioria que participou da organização, se justifica por conta de uma pauta que tomou as discussões políticas de diversos movimentos sociais e também de partidos políticos, durante o ano de 2013, que foi a laicidade do Estado - principalmente depois da nomeação do deputado federal Marcos Feliciano para a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara. O deputado do Partido Socialista Cristão (PSC-SP) e pastor da Catedral do Avivamento, ligada à Assembleia de Deus, é conhecido por declarações preconceituosas, machistas, homofóbicas e racistas, além de aprovar projetos de lei como a “cura *gay*”, que determina o fim da proibição, pelo Conselho Federal de Psicologia, de tratamentos que se propõem a reverter a homossexualidade e se posicionar a favor do Estatuto do Nascituro que prevê o fim do aborto legal para casos de estupro.

A vinda do Papa Francisco para o Brasil também suscitou diversas discussões, entre as quais o investimento de dinheiro público na JMJ. Especula-se que mais de cem milhões de reais saíram dos cofres públicos para o evento, sendo o dinheiro destinado à segurança e

transporte do Papa. Em reportagem, ao serem questionados sobre a utilização do dinheiro, representantes do Comitê Organizador Local da JMJ declararam que a Jornada não poderia ser compreendida como um evento exclusivamente religioso e muito menos privado, visto que iria atrair milhões de turistas e incontáveis oportunidades para os cariocas e para todos os setores da economia local<sup>6</sup>. Contudo, para facilitar a movimentação dos peregrinos, a prefeitura declarou quatro dias de feriado na cidade do Rio de Janeiro, e muitos comerciantes ficaram insatisfeitos com a impossibilidade de abrirem suas lojas<sup>7</sup>.

Enfim, as características atípicas da Marcha das Vadias de 2013 no Rio de Janeiro permitiram uma reflexão sobre a própria categoria “vadias”: havia ali nesse contexto uma possibilidade de diferenciação entre as mulheres que participavam da Marcha, que seriam as “vadias”, e as que participavam do encontro do Papa Francisco, que seriam as “santas”. Esse será o tema do próximo tópico: discutir a construção dos significados das categorias que pautam a luta feminista, ou seja, a construção de um sujeito político que possa representar a luta feminista.

## A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO POLÍTICO DO FEMINISMO

Judith Butler (2003), ao tratar do termo “mulher” e da construção do sujeito político, coloca que *política e representação* são termos polêmicos:

(...) a representação serve como termo operacional no seio de um processo político que busca estender visibilidade e legitimidade às mulheres como sujeitos políticos; por outro lado, a representação é a função normativa de uma linguagem que revelaria ou distorceria o que é tido como verdadeiro sobre a categoria de mulheres. (BUTLER, 2003, p. 18).

Assim, segundo a filósofa, para a teoria feminista, o desenvolvimento de uma linguagem que fosse capaz de representá-las adequadamente pareceu necessário para que fosse possível garantir visibilidade política para as mulheres – isso parecia importante, considerando a condição cultural na qual a vida das mulheres era “mal representada ou simplesmente não representada”.

No entanto, o “sujeito político” do feminismo, categorizado pelo “direito da mulher”, passa a ser questionado quando se percebe que ao definir uma categoria das “mulheres” específica, o movimento feminista exclui várias outras mulheres que não vão se enquadrar nesta definição. “O próprio sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis ou permanentes. (...) é muito pequena, afinal, a concordância quanto ao que constitui, ou deveria constituir, a categoria das mulheres” (BUTLER, 2003).

<sup>6</sup> Para ler a reportagem completa: <http://www.conjur.com.br/2013-jul-11/mp-tenta-impedir-uso-dinheiro-publico-jornada-mundial-juventude>

<sup>7</sup> Para ler mais sobre os efeitos que o feriado causou na cidade do Rio de Janeiro acesse: <http://oglobo.globo.com/rio/feriados-marcados-para-visita-do-papa-confundem-cariocas-9006723>

Os domínios da “representação” política e linguística estabeleceram *a priori* o critério segundo o qual os próprios sujeitos são formados, com o resultado de a representação só se estender ao que pode ser reconhecido como sujeito. Em outras palavras, as qualificações do ser sujeito têm que ser atendidas para que a representação possa ser expandida. (BUTLER, 2003, p. 18).

Como afirma Butler acima, “a representação só se estende ao que pode ser reconhecido como sujeito”. Nesse sentido, podemos pensar que o sujeito da Marcha das Vadias não está muito bem definido; suas características são fluidas, porém é exatamente nessa fluidez que o termo “vadia” se define. Ao mesmo tempo, o termo “vadia” se refere à valorização de um “tipo” de mulher que aos olhos da sociedade são o oposto das “mulheres santas”, ou seja, fazendo uma distinção entre mulheres “santas” e “putas”.

Esse sujeito criado pela Marcha das Vadias é diferente daquele sujeito do feminismo da época da criação das delegacias das mulheres ou ainda do movimento feminista. Sobre o sujeito do feminismo, Butler (2003) aponta que os sistemas jurídicos de poder “produzem” esses sujeitos e que passam a representar, ou seja, o sistema “produz” sujeitos com traços de gênero determinados em conformidade com um eixo diferencial de dominação, e “o feminismo é em si mesmo uma formação discursiva e efeito de uma dada versão da política representacional” (BUTLER, 2003, p.19).

Nesse sentido, a política tem que se preocupar com essa função dual do poder: jurídica e produtiva. A crítica feminista também deve compreender como a categoria das “mulheres”, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca emancipação. Então, a reflexão trazida pela autora aponta que a estrutura do Estado - por exemplo, a própria delegacia da mulher - produz um significado para a categoria “mulher” que acaba por reprimir as mulheres que visa defender, ou seja, a própria estrutura criada para emancipar a mulher acaba por reprimi-la, na medida em que utiliza o significado de mulher, diferenciando-as entre “putas” e “santas”.

No que diz respeito à Marcha das Vadias, como já dito, o intuito é incluir mulheres sem fazer essa diferenciação entre elas. Além disso, a Marcha não dirige suas demandas para o Estado, não visa a mudanças na legislação brasileira, mas sim uma mudança mais ampla, uma mudança cultural no contexto em que mulheres são estereotipadas como “santas” ou “putas”, sendo as segundas passíveis de serem violentadas por não merecerem respeito, já que não souberam ocupar “seu lugar” na dinâmica social.

Sendo assim, há o problema político que o feminismo encontra na suposição de que “mulheres” denote uma “identidade” comum.

Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra de ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente e consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades

discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida (BUTLER, 2003, p.20).

Assim, a presunção política de ter de haver uma base universal para o feminismo, a ser encontrada numa identidade supostamente existente em diferentes culturas, acompanha frequentemente a ideia de que a opressão das mulheres possui uma forma singular, discernível na estrutura universal ou hegemônica da dominação patriarcal ou masculina. “A noção de patriarcado universal tem sido amplamente criticada em anos recentes, por seu fracasso em explicar os mecanismos da opressão de gênero em contextos culturais concretos em que ela existe” (BUTLER, 2003). As observações do cotidiano mostram que as supostas universalidades do sujeito do feminismo são de fato minadas pelas restrições do discurso representacional em que funcionam.

A proposta da autora não é recusar a política representacional, mas justamente formular, no interior dessa estrutura constituída, uma crítica às categorias de “identidade” que as estruturas jurídicas contemporâneas engendram, naturalizam e imobilizam. A autora considera necessário repensar radicalmente as construções ontológicas de “identidade” na prática política feminista, de modo a formular uma política representacional capaz de renovar o feminismo em outros termos. A Marcha das Vadias parece abrir um caminho possível para essa proposta na medida que implode a categoria “mulher” substituindo-a por “vadias”, que abarca, além de mulheres (“santas” e “putas”), também homens, *gays*, travestis, lésbicas etc.. Isto é, uma política que tome a construção variável da identidade como um pré-requisito metodológico e normativo, senão como um objetivo político. O foco então não é na identidade que deve assumir o sujeito político da Marcha das Vadias, mas no sujeito político que se sente discriminado e vivencia preconceitos cotidianos ligados a desigualdades de gênero. A desconstrução da “identidade” não é a desconstrução política; ao invés disso, estabelece como políticos os próprios termos pelos quais a “identidade” é articulada. Butler (2003), nesse sentido, conclui que esse tipo de crítica coloca em questão a estrutura fundante em que o feminismo, como política da “identidade” vem se articulando. Em outras palavras, propõe que a luta pelo fim da desigualdade de gênero não deve ser pautada por uma política de “identidade” como vem atuando o movimento feminista até então. O que a Marcha das Vadias traz de diferente é criar uma identidade, a “vadia”, que não é fechada; seu significado é fluido. Sendo assim, parece se aproximar dessa política não-identitária. O feminismo de Butler propõe a defesa de uma desmontagem de todo tipo de “identidade” de gênero que oprime as singularidades humanas que não se encaixam, que não são “adequadas” ou “corretas” no cenário da bipolaridade no qual nos acostumamos a entender as relações entre pessoas concretas.

Dessa forma a diferença entre sexo e gênero não seria mais o caminho para a luta feminista, mas o respeito aos corpos cuja liberdade depende, em última instância, de serem livres do discurso que os constitui. Assim, a proposta é que os movimentos feministas trabalhem com categorias políticas mais flexíveis capazes de articular várias “identidades”

dos sujeitos (apesar de entender que nunca será possível abarcar todas as “identidades”), sem esquecer a importância da inteligibilidade dessas categorias para o diálogo com a sociedade e as instituições e também sem deixar de lado a crítica a essas instituições responsáveis por engessar e regular as expressões de gênero.

## A POLÍTICA NÃO-IDENTITÁRIA E A MARCHA DAS VÁDIAS

Várias pessoas que participam da organização da MdV-RJ têm um envolvimento acadêmico ou mesmo algum interesse fora do âmbito formal da universidade em estudos feministas e de gênero, além de viverem a prática da militância feminista e *queer*. Isso acaba criando um ambiente de discussão e reflexão sobre a manifestação, em que os envolvidos procuram incorporar ao ato político da Marcha algumas ideias vindas dos estudos acadêmicos e da prática de militância, como fica claro na fala de Magda:

Muitas meninas da organização são acadêmicas e dialogam com essa proposta acadêmica da teoria *queer* e tem também uma galera que transita por outros coletivos que levam uma proposta mais *queer*, como o pessoal da Casa Nuvem, por exemplo, que estavam ano passado (2013), com o bloco “meu cú é laico” e a performance do Papa *Queer*. Não sei se eles têm inserção acadêmica, mas tem um modo declarado de expressão *queer*. Então tem muitas pessoas da marcha que circulam pela Casa Nuvem e que se identificam com essa proposta de brincar com os dualismos e tem uma galera que ou pela via da academia ou pela via da militância se encontram aí. (trecho da fala de Magda).

Assim, a partir das observações em campo, percebe-se um grande anseio na manifestação da Marcha das Vadias do RJ em tentar construir um ato político que busque assimilar a história dos movimentos feminista e *queer*, e ao mesmo tempo tenta criar novas práticas e dinâmicas, com o intuito de atender as demandas do contexto atual. Com isso, percebemos que a MdV-RJ do ano de 2013 procura defender um “sujeito político” mais aberto, quando esse “sujeito político” defendido é a vadia e não apenas a mulher. E a vadia não tem gênero: dentro desse termo enquadra-se qualquer pessoa que tem como propósito ser livre, vivendo fora dos padrões heteronormativos, independente do gênero, classe, raça, idade, religião e sexualidade. É reivindicado o direito a uma identidade cambiante, sem padrões. Na Marcha, as especificidades dos indivíduos são levadas em consideração, e isso é visto como algo que enriquece a luta comum. Esse posicionamento da Marcha não cria um esvaziamento da categoria política defendida, mas sim possibilita a transversalidade de temas e a articulação de causas, o que permite agregar mais pessoas<sup>8</sup>.

Essa postura é um grande ganho para a manifestação, porque abre a discussão e participação para diversas pessoas, de grupos identitários diferentes - prática esta que é

<sup>8</sup> Tendemos a pensar que a possibilidade da defesa desse sujeito político só é possível pelo fato de o diálogo da Marcha só se limitar às instâncias da sociedade civil. Se a preocupação fosse estabelecer um contato com o Estado e conseguir mudanças através deles, seria incerto se o resultado seria produtivo.

diferente em muitos movimentos feministas<sup>9</sup>, que não encaram a participação de homens e mesmo travestis e transexuais com bons olhos. Ao abrir essa possibilidade, a Marcha das Vadias cria uma distensão do campo político, além de criticar os binarismos de gênero, indo muito além dos essencialismos corporais. Esses discursos não só implodem a categoria “mulher”, como também a própria noção do feminismo.

Contudo, mesmo procurando agregar causas diversas e tendo essa política de abertura à participação de qualquer pessoa, ainda existem muitas críticas por parte de outros movimentos feministas, como é o caso da recorrente crítica por parte de mulheres negras em relação a alguns movimentos feministas constituídos majoritariamente por mulheres brancas, acusados de não problematizarem o racismo dentro de seus movimentos. Contudo, são críticas que não passam despercebidas pelas pessoas envolvidas na construção da Marcha. Algumas pessoas já postaram matérias sobre essas críticas na página da Marcha, e a própria organização já postou sobre o assunto. Dessas postagens surgem debates interessantes, como quando uma pessoa postou uma matéria intitulada “Racismo nos espaços feministas brancos”. Reproduzimos a seguir o diálogo entre a pessoa que postou e uma integrante da MdV-RJ:

**Integrante MdV-RJ:** Vocês acham que isso se reflete de igual maneira no Brasil? A nossa Marcha, por exemplo, é plural e horizontal, qualquer pessoa pode vir pra marcha e participar da organização. Notem que eu não estou questionando de forma alguma o racismo óbvio do Brasil, mas sim das feministas brancas brasileiras.

**Pessoa que postou:** Acho que as organizações feministas não se preocupam em tratar da questão do racismo tanto quanto poderiam e deveriam. A negligência é, ao meu ver, uma forma de violência. L

**Integrante MdV-RJ:** Quais organizações feministas você acompanha? Eu só acompanho a nossa organização feminista, por isso pergunto.

**Pessoa que postou:** Eu participo de 9 grupos feministas aqui no facebook. Há um radical, outro anarco, outro organizativo de marchas... São vários! Sinto que em todos eles é necessário debater mais o racismo. (trecho retirado da página da Marcha no facebook dia 15 de agosto de 2013).

Como é possível perceber, essa não é uma crítica dirigida exclusivamente à MdV-RJ, e sim a vários outros movimentos de mulheres. O que leva a pensar que, apesar de a organização da MdV-RJ 2013 defender um feminismo interseccional, que articule diversos marcadores sociais, como raça, etnia, gênero, classe e geração, e tenha a intenção de abrir para a participação de qualquer pessoa, isso não é suficiente para garantir de fato, na prática, a interseccionalidade da manifestação. E, ainda, essa é uma tarefa complicada para qualquer movimento, pois, como a própria Butler coloca, não é possível abarcar todas as “identidades” possíveis do sujeito. Contudo, essa prática não deixa de ser interessante,

<sup>9</sup> Como o coletivo feminista Maria Maria Mulheres em Movimento, de Juiz de Fora, Minas Gerais, núcleo da Marcha Mundial de Mulheres na cidade, que é conhecido por ser pouco aberto à participação de homens, travestis e transexuais.

pois mostra uma preocupação em acompanhar as complexidades das demandas atuais, além de buscar não limitar e fixar o “sujeito político” defendido. Apesar de abrir o espaço para os mais variados grupos identitários, as principais questões que a MdV problematiza estão mais relacionadas ao âmbito moral, da sexualidade e do corpo do que a outras questões como o trabalho e a idade, por exemplo. O que fica claro na fala de Magda:

Tendo a pensar que a Marcha tem um alcance limitado, ela é pra algumas mulheres. E acho que a proposta não tem que ser abraçar o mundo e representar todas as mulheres, até porque nenhum feminismo conseguiu representar todas as mulheres. A gente tem várias frentes e acho difícil que a Marcha consiga agradar todo mundo. [...] Acho que a Marcha é majoritariamente branca e elitista. Quem são as pessoas para quem faz sentido a ideia de vadia, a subversão do significado da vadia? Tem que ter uma escolaridade. Então tem um corte educacional e acaba que de classe também. Acho que é majoritariamente branco e elitista, mas acho que comunica para além disso. Para quem isso tudo pode fazer sentido? Será que estamos falando só de questões que atendem mulheres brancas e elitistas? Eu tendo a achar que não. Algumas questões, como a coisa da nudez, o termo vadia, pode gerar muita rejeição mesmo, mas estamos falando de violência sexual, autonomia, pautas comuns a muitas mulheres. Então tem limitações da Marcha, que pode ser que nós temos uma linguagem mais elitizada, muito universitária para alcançar todo mundo, mas tem limitações colocadas pelo próprio campo político. Tem histórias de mulheres negras que iam à marcha, mas foram reprimidas pelo movimento negro. Eles estão em um movimento muito forte de afirmação também, para dialogar e juntar com outras pautas, a prioridade pra eles é outra. (trecho da fala de Magda).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Marcha das Vadias ainda é um movimento recente, que vai sendo moldado ano após ano e assumindo novas configurações. É possível perceber que a organização do ano de 2013 teve a preocupação em assimilar as críticas por parte de outros movimentos, principalmente pelo fato de querer estabelecer esse diálogo com outros movimentos, e, além disso, foi muito específico por ter ocorrido no mesmo dia e local em que ocorria o maior evento da Igreja Católica do mundo, a Jornada Mundial da Juventude.

A Marcha das Vadias, apesar de ter sua origem no movimento feminista, na defesa dos direitos da mulher, ou seja, acionando uma política identitária de defesa da “mulher”, propõe algo novo quando traz a defesa de uma mulher específica, “a vadia”. Quem é essa vadia? A própria Marcha não define o significado e, nesse sentido, afasta-se da política identitária. A “vadia” passa a ser uma categoria abrangente, pois inclui também homossexuais e homens que compartilham a luta contra a discriminação de gênero, seja ela de qual tipo for. Porém, apesar de abranger outros grupos identitários, parece não abarcar todo tipo de mulheres, tais como mulheres negras e de baixa classe social, como apontaram algumas críticas à Marcha.

De toda forma, desconstrói a ideia de unidade e padrão identitário. Contudo é importante ter em mente que estamos lidando com pessoas reais em contextos específicos, dentro de um sistema de produção-reprodução do qual muitas vezes é difícil se desvencilhar.

Consideramos, por fim, que a manifestação da MdV-RJ de 2013 traz um certo “frescor” nas discussões sobre gênero e sexualidade, procurando trazer novas práticas organizativas, além de procurar atender às complexidades do sujeito pós-moderno, com todas as suas especificidades. Não só isso: também é interessante perceber como essas práticas atuais da MdV-RJ são fruto das discussões dos estudos feministas e *queer*, sobre gênero, “identidade”, corpo, “sujeito” e discurso, como também são fruto das experiências de militância feminista e *queer*.

## REFERÊNCIAS

- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero*. Tradução de Renato Aguiar, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAVALCANTI, RODRIGUES, ANDRÉA e HEILBORN (1985) “SOS- Mulher do Rio de Janeiro: uma entrevista”. In: FRANCHETTO, CAVALCANTI e HEILBORN (orgs.) *Perspectivas Antropológicas da Mulher. Sobre Mulher e Violência*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- CORRÊA, M.(1981). Os crimes da paixão. São Paulo: Editora Brasiliense.
- DEBERT, G. G. & GREGORI, M. F. (2002) “As Delegacias Especiais de Polícia e o Projeto Gênero e Cidadania”. In: CORRÊA, M. (org.) **Gênero & Cidadania**. Campinas – SP, PAGU/ Núcleo de Estudos de Gênero – Unicamp, (pp.9-19).
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.
- GOLDBERG, A. (1991) *Le Dire et le Faire Feministes: une approche socioculturelle du Brésil Contemporain*. Tese de doutorado. Paris: Université de Paris VII.
- GREGORI, M. F. (1993), *Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. São Paulo: ANPOCS/Paz e Terra.
- HEILBORN, M. L.; SORJ, B. (1999) “Estudos de Gênero no Brasil”. In: Miceli, S. *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. Sociologia, volume III, São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS; Brasília – DF: CAPES.
- MACDOWELL SANTOS (2000) “Gender, the State, and citizenship: Women’s Police Stations in São Paulo, Brazil” In: Poggio, S.; Sagot, M. (compiladores) *Irrumpiendo em lo público: seis facetas de las mujeres en América Latina*. San José, Costa Rica: Maestría Regional en Estudios de la Mujer: Universidad de Costa Rica: Universidad Nacional: Latin America Studies Association.
- MACHADO, L. Z. (2003) “Atender vítimas, criminalizar violências, dilemas das delegacias da mulher”. *Série Antropologia*, n. 319. Brasília.
- SORJ, B. & MONTEIRO, P. (1985) “SOS-Mulher e a Luta contra a Violência.” In: FRANCHETTO, CAVALCANTI e HEILBORN (orgs.) **Perspectivas Antropológicas da Mulher. Sobre Mulher e Violência**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

**Sites acessados em 02/07/2013:**

<http://www.slutwalktoronto.com/about/how>  
<http://www.excal.on.ca/news/dont-dress-like-a-slut-toronto-cop/>  
<http://www.rio2013.com/pt>  
<http://marchadasvadiasrio.blogspot.com.br/>  
<http://www.ubmulheres.org.br/>

**Sites acessados em 07/01/2014:**

<http://www.global.org.br>  
<http://www.facebook.com/MarchaDasVadiasRioDeJaneiro>  
[www.revistacult.com.br](http://www.revistacult.com.br)  
<http://marchadasvadiasrio.blogspot.com.br/>

**Sites acessados em 22/01/2014:**

<http://www.youtube.com/watch?v=CvKkGPiXv0o> *sociologos.com/2013/09/18/entrevista-a-judith-butler-y-beatriz-preciado/*

**Site acessado em 20/11/2014:**

<http://www.brasile scola.com/sociologia/movimentos-sociais-breve-definicao.htm>  
<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/fotos/2013/07/fotos-marcha-das-vadias-no-rio-de-janeiro.html>  
<http://noticias.uol.com.br/album/2012/05/04/marcha-das-vadias-pelo-mundo.htm>  
<http://www.facebook.com/MarchaDasVadiasRioDeJaneiro>

**Site acessado em 12/12/2014:**

[http://www.007b.com/breast\\_taboo.php](http://www.007b.com/breast_taboo.php)

---

**Janaina de Araujo Morais**

Estudante do programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Graduada em Comunicação Social pela Faculdade de Comunicação da UFJF.

---

**Marcella Beraldo de Oliveira**

Professora Adjunta de Antropologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2010) com período de 12 meses de sanduíche no *Centre International de Criminologie Comparée* da Universidade de Montreal (bolsa PDEE-CAPES).